



## ATA DA 6° REUNIÃO ORDINÁRIA DA CIR BAIXO AMAZONAS

ATA DA 6° REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL  
- CIR BAIXO AMAZONAS

ABERTURA- Ao (s) vinte e seis (26) dias do mês de julho do ano de 2022, às dez (10) horas, na sede do Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Amazonas (COSEMS-AM), situado na Rua Rio Itannaua, mil duzentos e onze (1211) - Nossa Senhora das Graças, no município de Manaus, Estado do Amazonas, foi dado início a sexta (6ª) reunião ordinária da Comissão Intergestores Regional do Baixo Amazonas (CIR). A reunião foi aberta e conduzida pelo Coordenador da CIR Baixo Amazonas, Senhor Aurimar Simões Tavares, que saudou a todos com bom dia, e sob a proteção de Deus, em nome do secretário Doutor Anoar agradeceu a presença de todos. Agradeceu ao COSEMS-AM pelo apoio para a realização desta reunião e na sequência apontou o primeiro item da pauta em apreciação. **O ITEM I REFERE-SE À APRESENTAÇÃO DA ATA:** Quinta (5ª) Reunião Ordinária da CIR BAIXO AMAZONAS realizada no ano de dois mil e vinte e dois (2022), no dia vinte e oito de seis de dois mil e vinte e dois (28/06/22). É indagado se todos os membros estão de acordo com a ATA, não havendo questionamentos, considera-se o item I consensuado. **ITEM II – 2. a)** O coordenador Leandro informa que a equipe estadual de regulação que faz parte dos serviços ambulatoriais esteve em Parintins para tratar do critério tanto no hospital Jofre Cohen, quanto no Hospital Padre Colombo, descrevendo o cenário atual das instituições e informando sobre as demandas da mesma no Baixo Amazonas. Abrindo espaço de fala ao representante da equipe de regulamentação, que afirma que foi feito o treinamento da central ambulatorial de internação com os profissionais do Hospital Padre Colombo, porém, esse precisa apenas da atualização do cadastro dos profissionais da parte do ambulatório de internação, ficando na pendência também, o cadastro do hospital que hoje está sob gestão do município, estando esta também com problemas de atualização dos profissionais tanto ambulatório quanto internação. Leandro alega que o treinamento dos convencionais no Hospital Padre Colombo aconteceu de acordo com a oferta dos serviços, tanto ambulatorial quanto de internação que também serve de reta guarda para o Hospital Jofre Cohen, corroborando ainda que na manhã do dia vinte e seis (26) de julho do ano de dois mil e vinte e dois (2022) pela parte da manhã recebeu na regulação a equipe do Hospital Padre Colombo, que poderão disponibilizar seus serviços à toda região do Baixo Amazonas, incluindo Parintins, Boa Vista do Ramos, Manicoré, Barreirinha, Nhamundá, sendo essa



uma oferta ambulatorial de cento e vinte vagas (120) mensais para as diferentes especialidades. Posteriormente, o secretário Clerton Florêncio solicitou que essas informações fossem encaminhadas formalmente a Parintins, além de solicitar a cópia do convênio para apresentar o mesmo ao Conselho Municipal de Saúde do município e oficialmente deixar claro o que será ofertado em serviço. Relembrando as situações que ocorrem nos municípios do Pará, e justificando que terá uma reunião com a direção do Hospital Padre Colombo e precisaria das informações formalizadas para conseguir conversar e repassar tais informações à direção do mesmo, pois a sensação que tem nos dias de hoje é de que Hospital Padre Colombo não faz parte do Sistema de Saúde de Parintins mesmo o município sendo de gestão plena e tendo responsabilidade do trabalho que é realizado no local. Devido a isso seria necessário a apresentação formal das informações para apresentar aos órgãos: Conselho Municipal de Saúde, Ministério Público, já que isso sempre é cobrado da Secretaria do Jofre, e se formalmente repassado, será possível informar legalmente os órgãos sobre as situações. Liana fala sobre as demandas de Parintins e as ofertas disponíveis que não estavam contratualizada com a gestão municipal, e entende que o estado deveria fazer um convênio direto com a instituição do Hospital Padre Colombo, considerando que esse hospital está sob a gestão estadual por estar sobre convênio formalizado diretamente com a secretaria do estado, onde foi enviado o termo de convênio, ainda não sabendo se tiveram acesso a ele, e esse hospital se transforma em um hospital Regional para atender a região do Baixo Amazonas, sendo regulado através do complexo Regulador Estadual. Liana Portela corrobora ainda que foi feita a solicitação da mudança de gestão na SES, tendo também uma demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Parintins sobre a questão do “MAC”, adiantando de que não haverá alteração inicialmente na questão do “MAC” dos municípios da região, deixando todos cientes que à resposta do ofício está sendo formalizada e já está no gabinete do secretário de Manaus. Já o secretário Franmartony expôs sua dúvida em relação à gestão do Padre Colombo, questionando se essa gestão será estadual de forma que deixe de ser responsabilidade da prefeitura de Parintins; quais serão as especialidades e como será o atendimento aos municípios que ficam próximo a região, deixando claro também suas preocupações com outras situações que o estado deveria analisar, com repasse de recurso a um hospital filantrópico, acaba deixando de lado os outros municípios e hospitais do estado como um todo. Ao ver de Franmartony, essas contas deveriam ser feitas como um todo, sendo designadas não somente ao Hospital Padre Colombo de Parintins, mas também aos outros, para que os mesmos sejam mantidos e sejam melhorado, não sendo Franmartony favorável à saída da gestão do município, pois o convênio deveria ser fechado com o município, e a responsabilidade de cada um deve ser bem definida para que não



haja mais problemas. Liana Portella repassa sobre o que teve conhecimento, em relação ao processo de contratualização do Padre Colombo, narra que houve um distrato de um contrato que tinha com o município no ano de dois mil e vinte e um (2021) e supostamente o município de Parintins não tinha interesse de formar outro contrato com o Padre Colombo, mas ainda assim ocorreu devido à questão da necessidade da Rede. O Padre Colombo atendia até então uma demanda expressiva, portanto a contratualização baseou-se em uma série histórica de atendimento do hospital, uma vez que esse, tinha um número expressivo de atendimento em uma área específica, então foi feita a proposição para fazer a contratualização com o estado onde viram a possibilidade de fazer isso com o Hospital Regional para atendimento à região porque foi contratualizado baseado em uma série histórica de produção e da necessidade da região em relação à consultas e exames que ele tinha disponível a ofertar ao estado, concluindo Liana que ele é de gestão estadual porque para repassar recursos ao hospital ele precisa estar configurado nas informações do Sistema Único de Saúde (SUS) como sendo de gestão estadual, mas seu funcionamento ocorre à toda região, acordando com as futuras demandas em relação a região que precisa de alteração até mesmo do perfil do hospital, mas que podem ser acordado na CIR devido tais questões. Justificado o fato, o convênio foi feito devido a uma necessidade por conta do Festival de Parintins que precisaria de leitos disponíveis por conta dos números de voos que estava sendo feito na cidade. A secretaria achou necessário contribuir com o funcionamento do hospital, considerado a necessidade do momento, mas podendo a mesma ser ajustada na CIR da forma em que os membros acharem melhor. O secretário Clerton comunica à Eliana que o município não foi contactado para falar sobre a questão do Padre Colombo, quando ficou ciente, o convênio já estava pronto, onde o prefeito também foi informado sobre o assunto no dia em que o convênio foi assinado, no valor de vinte e nove milhões (29.000.000) ao hospital Padre Colombo e inclusive em uma das solicitações que foi feita, eles queriam que o estado pudesse os conveniar com o município de Parintins para atender a demanda regional e mais doze milhões (12.000.000) que é o que é pago, por ser um milhão (1.000.000) de reais na folha dos especialistas no município de Parintins, mensal. Clerton deixa claro que à secretaria não está se opondo à situação, e sim quer que o Sistema de Saúde do Município de Parintins da Regional Baixo Amazonas seja fortalecido, pois há necessidades em relação ao atendimento, especificamente do município de Parintins que é referência na Regional Baixo Amazonas, para que possa ser feito investimentos estaduais, fortalecendo o atendimento no aspecto regional. Definindo ainda duas palavras para se expressar, sendo elas “feliz” e “insatisfeito”, feliz pelo retorno das atividades do Hospital Padre Colombo e insatisfeito porque ao ver do mesmo, há uma visão de que existe uma briga em que o Padre Colombo não faz parte do



Sistema de Saúde do Município de Parintins por ser um hospital estadual e por ser estadual não precisar se reportar a nada à gestão municipal. E assegura ficar triste com tal postura, pois a mesma não colabora com o trabalho feito na cidade, já que esse atende a todos os pacientes que procuram a Unidade de Saúde de Parintins, inclusive dos municípios da região e municípios do Pará, onde a demanda continua intensa. Novamente Clerton pede o envio dos convênios e serviços que serão ofertados, para informar os órgãos a situação do Hospital Padre Colombo, pois o hospital tem um trabalho muito importante no município de Parintins, toda via de agora em diante melhorará muito mais o atendimento, e a situação da linha Materno Infantil precisa ser verificada, pois nesse momento ainda não havia essa necessidade, apesar da demanda, é preciso verificar as outras situações que serão necessárias futuramente. Relatando ainda que à administração municipal e a gestão da saúde tem interesse sim de cada vez mais fortalecer, o trabalho de atendimento à saúde no município de Parintins e na Regional Baixo Amazonas. Franmartony relata sua preocupação em relação ao município de Tabatinga, em São Gabriel da Cachoeira na questão dos Hospitais em que o estado investiu, mas não ocorre um atendimento desejado, devido ao fato, é preciso que as situações sejam examinadas. É necessário também repassar às informações sobre o constante repasse ao Padre Colombo para gerenciá-lo e visibilizar quais os serviços disponíveis no mesmo, definindo bem todas as informações para que não haja confusão entre os hospitais e para que não ocorra problemas como no hospital de Tabatinga, que inclusive, segundo Franmartony, o Sr. Aurimar pôde visualizar de forma clara. **b)** Rita Maria contribui com as informações do convênio para que os presentes na reunião se inteirassem sobre a reforma que Tabatinga irá sofrer na unidade, incluindo a unidade de UTI, para receber os pacientes das clínicas médicas, que estão no Hospital Regional. O quantitativo de leitos será incluído no plano de contingência, mas não estará disponível de forma imediata. No entanto, o quantitativo precisa estar disponível, pois doenças clínicas estão sempre surgindo, devido a isso, as informações devem ser muito bem-feitas dentro dos termos dos termos de contrato, Rita agradece à palavra e diz que viu a discursão como oportuna para falar sobre o referido assunto. Eliana profere que à contratualização segue os moldes que definem a portaria do Ministério da Saúde em relação aos hospitais filantrópicos, visto que abrange as políticas e define no contrato as “quanti” e as “quali”, define também que se as metas não forem atingidas, quarenta por cento (40%) do recurso ligado as “quali”, se não alcançado, é glosado. E sessenta por cento (60%) do recurso ligado as metas “quanti”, que é o número de internações, o número de consultas, o número de exames que se não for executado, também é glosado do recurso que foi transferido. Eliana concorda com Rita em relação a questão do perfil dos pacientes que são recebidos, pois existem muitos problemas não só com as unidades do interior, mas com as próprias unidades



de Manaus nas questões do perfil do paciente e em relação a contratualização foi colocado quem vai regular, quem vai definir os protocolos em conjunto com a regulação. Não há nada restrito na comunicação, contando que ela atenda a demanda da região de acordo com a necessidade, em leitos clínicos. Já em relação à fala do Franmartony sobre o que vai vir dos outros municípios, afirma que na contratualização não é definido o que vai ser incluso a cada município, mas se acharem necessário pactuar o que será destinado aos mesmos, então pode-se pactuar dentro da própria CIR essa divisão de cópias, considerando a demanda populacional, pois vale à pena fazer uma captação em relação ao que está contratualizado para que isso possa se refletir na regulação e todos possam ter acesso a esses serviços que o estado contratualizou. Em seguida, Leandro retorna a questão da regulação e serviços ofertados no Hospital Padre Colombo, **adiantando que nos dias doze (12) e treze (13) de agosto** estarão em Parintins, nas unidades da cidade para saber como o serviço será descentralizado no município e também dos municípios vizinhos, direcionando-se a Franmartony, Leandro diz que há diferenças ambulatorial ofertadas no Padre Colombo, com cento e vinte (120) vagas mensais de áreas específicas, sendo elas: cardiologia, dermatologia, mastologia, ortopedia, endócrino, urologia, pediatria, ginecologia e obstetrícia e ginecologia cirúrgica. Sem falar que a referência em obstetrícia será eles. A equipe do hospital Padre Colombo que se encontrou com o mesmo, tratou sobre o tema, contudo as decisões só seriam tomadas após a reunião da CIR e após a visita que ocorrerá no dia doze (12) de agosto para avaliar e verificar como serão distribuídas as ofertas de vagas aos municípios Regional do Baixo Amazona, devido a situação ser delicada, será encaminhado o ofício partido da regulação estadual aos municípios e também a secretaria de saúde de Parintins. O secretário Clerton visibiliza suas dúvidas para serem esclarecidas, nesse caso relata à questão de que o Padre Colombo não tem porta de emergência e isso precisa ser revisado para análise de estrutura de emergência, por que se não há atendimento de porta de emergência, a dúvida que surge é de como fazem o atendimento as grávidas. É preciso ter cautela nesse atendimento de emergência para que não haja nenhum tipo de situação que possa surpreender as pessoas, em especial o paciente. Explanando também que houve a remoção de um recém-nascido que foi transferido à Manaus, mesmo havendo a estrutura de atendimento no Hospital Jofre Cohen, essas situações da U.T.I, ou Neonatologia podem ser referenciadas ao próprio Jofre, visto que existe tal serviço de atendimento no hospital Jofre Cohen, então não é necessário a transferência de paciente, já que esse paciente encaminhado à Manaus poderia ter sido recebido no Jofre. Com isso se faz necessário a organização do fluxo de atendimento para que esse seja qualificado, há recém-nascidos que necessitam de neonatal, tem leitos disponíveis, aos pacientes da U.T.I também, é um serviço do município, mas tem investimento do estado,





investimento do governo federal. Esses fatos podem ser conversados e precisam ser alinhados no fluxo de atendimento, colocando a estrutura do município de Parintins para atuar da melhor forma ao paciente, otimizando também os recursos que é o que se precisa fazer de forma fundamental. Clerton se direciona ao coordenador Leandro e indaga, se dos municípios da região isso seria serviço de urgência e emergência ambulatorial ao atendimento e Leandro o responde dizendo que é ambulatorio. Agradecendo Clerton e reafirmando que precisava entender a questão, e que é preciso organizar o fluxo de atendimento; direcionando-os de forma correta aos municípios para que eles estejam cientes, assim como todos os secretários saibam sobre o que se pode referenciar ou não ao hospital Padre Colombo, finalizando a palavra. Após isso, Liana esclarecer o ponto da urgência em obstétrica que não tem urgência e emergência a outras especialidades, mas tem o atendimento de emergência obstétrica que é previsto no contrato e os outros leitos seriam leitos de retaguarda, pois está previsto na contratualização a porta da obstetrícia. Leandro diz que na viagem do dia doze (12) irão analisar a capacidade instalada nas unidades, tanto do Padre Colombo, quanto do Jofre Cohen, inclusive no sentido de encaminhamento dos RNs, para que não haja necessidade de o paciente ir à Manaus, com exceção de alguns casos, entre eles aqueles de cirurgia de intervenção de emergência, asseverando que é possível sim referenciar as unidades de Parintins. A partir de agosto, os pacientes serão transferidos através de outra plataforma e não mais pelo e-mail como ocorre de costume. Claucione pede para que o item III da pauta seja deixado para ser abordado para uma próxima reunião devido à extensão do assunto que provavelmente precisaria ser pautado em uma extraordinária, todos concordam e passam ao próximo item. **4. IV-** Lysandra se pronuncia informando que à turma da especializada abriu uma ordem de licitação, e processo licitatório para emissão de laudos de eletrocardiograma. As ordens de serviços correm com mais celeridade e crê que essa situação será resolvida, pois tal situação pegou a todos de surpresa. No entanto, Rita fala sobre os processos que são renovados anualmente, emitidos e enviados ao reitor da UEA, havendo então a necessidade de resolver esses problemas e questões. A secretaria Lysandra pergunta a Claucione sobre a portaria da Rede Materno Infantil no Baixo Amazonas que notificou Maués e Parintins como referência. Claucione confirma que irão abordar a portaria do Cuida Mais, e duas outras portarias que foram publicadas no ano de 2022, especificamente sobre a Rede Materno-infantil, nº715 de 04 de abril de 2022 que alterou a questão da Rede Cegonha para a Rede Materno Infantil para a Rede Materno Infantil, nessa primeira publicação, que apresenta uns itens que beneficiam a região do Amazonas, levando em consideração as unidades que fazem mais de quinhentos (500) partos, que poderão ser habilitadas dentro da lógica da Rede Materno Infantil. Além da portaria recentemente publicada, que é a portaria de nº dois mil duzentos e vinte



e oito (2.228) publicada no dia primeiro (1º) de julho que complementa a primeira portaria, esses itens podem ser expostos. É preciso que haja a extraordinária para aborda-las, por envolver as Macrorregiões e movimentos não só da região de saúde, mas a macrorregião leste, envolvendo não somente o Baixo Amazonas, mas também o Médio Amazonas e o Rio Madeira. Claucione elucida que haverá uma oficina, segundo o Ministério da Saúde, todavia a data está sendo definida, mas será em Manaus, voltada aos municípios que estiverem disponíveis e nessa oficina será debatido com o Ministério da Saúde as duas novas portarias, organizada provavelmente para o mês de agosto. Mas paralelo a isso, o Cuida Mais é específico dessa região de saúde, sendo precisa uma extraordinária dentro da mesma para definir o fluxo, pois nessa região de saúde se tem 12 municípios habilitados. É preciso compreender que o recurso do Cuida Mais é específico para contratação de médicos, ginecologista obstetra e médico pediatra ou uma especializada ou outra, entendendo que esse municípios serão referências a outros que estão próximos, Maués sendo referência para Boa Vista do Ramos e Parintins sendo referência para Barreirinha e Nhamundá, então há uma precisão de especificamente, o Cuida Mais construir esse fluxo, de como vai funcionar, como esse especialista vai circular, qual será o especialista contratado, no mais, se espera a oficina maior com o Ministério da Saúde pois irão trazer uma proposta de organização nesse sentido. **5.V-** Inicialmente, Guilherme, especialista do Planifica SUS, referência à Região do Baixo Amazonas e outras cinco Regiões de Saúde do Brasil, corrobora que o Planifica SUS desenvolve à metodologia da planificação proposta a PAS, buscando apoiar as secretarias estaduais e municipais de saúde nas organizações das Redes de Atenção à Saúde, foi iniciado nos municípios o treino de unidades laboratórios e recentemente o de unidade de expansão, que contribui com os avanços e isso graças ao apoio do pronto atendimento da secretaria municipal de apoio, e as referências tec. Municipais dos municípios. A consultora Aldecy aborda à questão da referência, ressaltando que à segunda fase do planifica SUS é trabalhada com o modelo padronizado para o Brasil, em que a padronização atenda às questões logísticas, culturais e questões regionais. Há a necessidade de reforçar que o Planifica SUS não é um projeto e sim uma ferramenta os movimenta pra deixar claro que a proposta principal do planifica SUS é instrumentalizar à equipe para que de fato a operalização agregue em seu trabalho, aos usuários e usando os recursos materiais, ajudando no auxílio e em um alcance melhor dos resultado em todas as outras áreas, como por exemplo no previne Brasil, pois o mesmo é visto como uma questão bastante importante, não sendo possível trabalhar e fazer a customização de fora. É preciso sempre conversar com às equipes, ouvir os coordenadores, os técnicos, examinando o sistema e formalizando a agenda protegida. A partir dessas estratégias é possível fazer novas metodologias, havendo uma maior



necessidade de fazer estratégias. Assume que sabe que o secretário Franmartony tenta levar essas questões ao nível nacional, onde o estado é diferenciado por ter situações que são inimagináveis, fazendo à criação de estratégias. Aldecy pede aos coordenadores que observem o andamento do projeto, das atividades e estejam inteirados sobre as necessidades que os técnicos tem para que as agendas possam ser cumpridas, assim como os próprios coordenadores podem falar sobre as necessidades que sentem em relação a ferramenta. Em seguida, Guilherme informa que é importante fazer a proposta e à metodologia junto, porque é uma proposta que os municípios já realizam e que é o que consta na prestação de atenção básica. A secretária de Boa Vista do Ramos, Lysandra, diz que o Planifica em Boa Vista do Ramos, já está com o horário protegido, cartilhas confeccionadas, seguindo o calendário conforme o projeto propõe, informando ainda que estão seguindo as orientações conforme indicada. Em seguida a secretária Nara Koide aclara sobre o processo de expansão do Planifica, que avança da área urbana atingindo as áreas rurais, sendo possível a exposição à nove unidades, inteirando que a equipe especializada ainda está sendo completada para começar à trabalhar a unidade laboratório, porém às primeiras atividades já irão ter início, atividades da referência e contra referência, explicando que a questão é um grande desafio, mas conta com o apoio do gestor e do prefeito, já que o planifica é prioritário para que a rede do município seja organizada e faça integração com a região, fazendo com que a regionalização possa ter sustentabilidade a partir da organização local e integração entre os municípios, agradecendo pelo apoio recebido. Aldecy aborda o ponto da especializada, dizendo que enquanto não houver uma referência estadual especializada definida no processo, é preciso trabalhar os serviços que existem no território, porque se o usuário utiliza a ultrassom, utiliza o exame de laboratório que existe no território, entra em um processo de organização e fluxo para que de fato possa condizer com a realidade do usuário. É importante conseguir os dados de informações que existem no território, pois quando o tutor não é do serviço especializado, ele poder ter alguma barreira pelo fato de não fazer parte daquela equipe, os gestores precisam referendar que é necessário passar as informações para que sejam alcançados os objetivos propostos. Em relação a discussão da Rede Hospitalar Especializada se cria um modelo Regional viável, levando em consideração as falas do secretário Franmartony sobre a situação hospitalar de Maués que é uma unidade em que a Aldecy expõe ter ficado encantada, assumindo que tem ciência das dificuldades que cada secretário hospitalar enfrenta. Pensando nas situações, todos os colaboradores podem informar sobre as situações existentes, pois essa é a proposta do planifica SUS, organizar. A mesma parabeniza a todos e pede informações do secretário Franmartony sobre a sua unidade pois devido ao pouco contato não sabe se





houve mudanças na equipe, ficando ciente sobre, independente de continuar ou não no Baixo Amazonas, ressaltando que a metodologia agrega valores ao município independentemente de estar ou não na mesma região, é viável o uso dessa ferramenta tendo contato ou não com o Albert Einstein, quanto mais pessoas estiverem qualificadas e capacitadas, certamente irão contribuir com aperfeiçoamento e implementação da metodologia. Aurimar agradece a participação dos integrantes e se deixa a disposição dos secretários dos municípios. Em seguida, Rita afirma que é preciso visibilizar o estado, mostrando o quanto é feito nas unidades apesar das grandes barreiras difíceis enfrentadas por cada um. Após isso, Franmartony agradece a participação dos representantes do COSEMS-AM, e aborda a necessidade de visibilizar o estado do Amazonas, até mesmo ao Ministério da Saúde e demais órgãos, reconhecendo o esforço de cada secretaria. Guilherme tem a palavra e diz que é impossível organizar redes apenas com a proposta das Unidades Laboratório, mas parabeniza a expansão atingida e iniciada por alguns municípios, citando como exemplo Parintins e Boa Vista do Ramos, e no mapeamento; diagnóstico e apoio na atenção de laboratório especializada, há uma analista de tutoria que será apresentada ao longo do processo. Já Rita afirma que por mais que um contato presencial faça falta, é perceptível que muitas situações podem ser resolvidas mesmo à distância, sendo esses mecanismos de interação que geram pensamentos de que no Amazonas, a questão da internet, as teleconsultas, e as outras “teles” são o caminho para que a saúde chegue às áreas mais difíceis, pois as situações das mesmas são mais difíceis, mesmo de muitas das vezes as forma de atendimento presencial seja indispensável, porém a internet facilita muito o processo de trabalho, principalmente os de gestões como é o caso da reunião, afirmando que as discussões apenas fortalecem cada um, dizendo que o COSEMS-AM tenha mais empoderamento para que as políticas de saúde sejam feitas de maneiras ascendentes, como preconiza a lei oito mil e oitenta (8080) e todo o formato do Sistema Único de Saúde. Da mesma maneira que a Atenção Básica é ordenadora do cuidado, o ordenador do cuidado deve começar de maneira ascendente, agradecendo novamente a todos e cessando a pauta. **6. VI-7. VII-** Devido ao horário atingido da reunião, todos os integrantes entram em consenso e concordam com uma reunião extraordinária para abordar as pautas que não foram apontadas nessa reunião devido sua extensão. Em seguida, Claucione informa que a Enfermeira Eveane, assumirá a Rede Materna Infantil, pois agora Claucione assumirá à Educação Permanente em Saúde (EPS) na Secretaria de Estado de Saúde (SES). A seguir o Coordenador perguntou se ainda havia alguma manifestação por parte dos presentes e repassando a data da extraordinária sobre a pauta III, **abordada no dia nove (9) de agosto de dois mil e vinte dois (2022)** e não havendo mais nada a discutir, declarou encerrada a



reunião. **A seguir a Secretária Executiva desta CIR, pontuou os encaminhamentos da reunião:** **I-** solicitação de encaminhamento formal de informações sobre o Hospital Padre Colombo e regulação; **II-** solicitação de cópia do convênio a Parintins; **III-** Solicitação da mudança de gestão na SES- AM; **IV-** Demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Parintins sobre o “MAC. **MEMBROS TITULARES:** Aurimar do Socorro Simões Tavares, Clerton Rodrigues Florêncio (virtual), Franmartony Oliveira Firmo (virtual), Lysandra Nívea Guimarães Farias (virtual), Secretária Executiva: Nara Maria Reis Carneiro Koide (virtual), **CONVIDADOS:** Guilherme (virtual) - especialista do Planifica SUS, Claucione- RAMI (virtual), Rita Maria (virtual), Aldecy (virtual), Leandro (virtual), Eliana Portella- Secretária de Políticas de Saúde (virtual)